

## ARTIGO

# A REVOLUÇÃO RUSSA E O DIREITO À MORADIA: DE 1917 A 1945

## THE RUSSIAN REVOLUTION AND THE RIGHT TO HOUSING: FROM 1917 TO 1945

WANDERSON FABIO DE MELO<sup>1</sup>

### RESUMO

O texto analisa as medidas deflagradas após a Revolução Russa para enfrentar o *deficit* habitacional, os decretos revolucionários e os problemas da fase do “comunismo de guerra”. Posteriormente, os impactos na moradia com a NEP (Nova Política Econômica) e, por fim, com os Planos Quinquenais. A possibilidade apontada é que houve propostas e ações revolucionárias de política habitacional, mas a sociedade soviética não conseguiu resolver o problema da moradia popular até a II Guerra Mundial. Utiliza-se a análise histórica. As fontes são os decretos do período da revolução, escritos dos revolucionários, dados oficiais publicados pelos órgãos estatais, relatos de visitantes e materiais de análises sobre a União Soviética.

**PALAVRAS-CHAVE:** socialismo; Revolução de Outubro; moradia na URSS.

### ABSTRACT

The text analyzes the measures taken after the Russian Revolution to face the housing deficit, the revolutionary decrees and the problems of the “war communism” phase. Subsequently, the impacts on housing with the NEP (New Economic Policy) and, finally, with the Five-Year Plans. The possibility pointed out is that there were revolutionary proposals and actions for housing policy, but Soviet society was unable to solve the problem of popular housing until World War II. Historical analysis is used. The sources are the decrees of the period of the revolution, writings of the revolutionaries, official data published by state agencies, reports by visitors and analysis materials about the Soviet Union.

**KEYWORDS:** socialism; October Revolution; housing in the USSR.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Campus Universitário de Rio das Ostras (UFF/CURO). ORCID: 0000-0002-7333-7048

## **Introdução: o processo revolucionário e a moradia**

O presente trabalho analisa a questão habitacional na Revolução de Outubro de 1917, na Rússia socialista durante o período revolucionário, na fase do chamado “comunismo de guerra” (1918 a 1921), posteriormente na etapa da NEP (Nova Política Econômica), entre os anos de 1921 a 1928, e, depois, durante os Planos Quinquenais até a II Guerra Mundial; considerando os avanços, os desafios e os limites do problema do direito à moradia na experiência soviética.

A intelectualidade comprometida com as transformações sociais tem se debruçado pouco acerca das vivências revolucionárias do trabalho em suas dimensões práticas efetivas. Raras publicações foram destinadas a analisar os feitos dos trabalhadores nos momentos em que realizaram as suas “formas de poder”. Assim sendo, as reflexões na área das ciências humanas apresentam lacunas acerca das experiências dos trabalhadores referentes ao ponto particular das tentativas de socialismo que se processaram na história, ainda que essas revoluções não tenham se consolidado no quadro histórico-mundial. O que se pretende, neste texto, é analisar a política habitacional da Revolução de Outubro de 1917 e as desenvolvidas na URSS, bem como explicitar o contexto, as realizações e o sentido social do encaminhamento do problema da moradia na da União Soviética até a II Guerra. Para a realização deste trabalho, utiliza-se a perspectiva histórica, de acordo com Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 2007, p. 9), a função do historiador é “lembrar aquilo que os outros esquecem, ou querem esquecer”.

As problemáticas se articulam às respostas das questões: Qual o programa efetivado sobre a questão habitacional na Revolução Russa? Como a política da moradia esteve relacionada aos projetos sociais implantados até a década de 1940? Quais os seus elementos de realizações efetivas?

As reflexões estão embasadas em materiais empíricos formados pelos escritos dos socialistas, os decretos do período da revolução, as observações registradas nos livros de memórias dos revolucionários, relatos de visitantes à URSS, dados oficiais publicados pelos órgãos estatais e materiais de análises sobre a União Soviética.

### **A dualidade de poderes e a questão da habitação**

Na última semana do mês de fevereiro de 1917, operárias, operários e soldados protagonizaram eventos que levaram à queda do czar Nicolau II. Por consequência, instalou-se o Governo Provisório com vistas a chamar a Assembleia Constituinte e a superar o absolutismo na Rússia. Ao mesmo tempo, os trabalhadores e os soldados passaram a constituir os Sovietes, retomando a experiência cerceada anteriormente, em 1905. Os Sovietes foram organismos da expressão da vontade e da ação militante dos trabalhadores em um contexto de forte mobilização. A Revolução de Fevereiro edificou na Rússia a situação da dualidade de poderes, isto é, por um lado, havia o governo oficial centrado no legislativo com o apoio do imperialismo, dos latifundiários, capitalistas e da hierarquia do exército; por outro, o governo dos trabalhadores por meio dos Sovietes de Deputados

Operários e Soldados, articulados aos comitês de fábricas, de bairros e sindicatos.

O poder dual teve impacto na relação do tratamento à propriedade privada da terra no espaço agrário e urbano. Nas grandes cidades russas houve ocupações de locais antes pertencentes a nobres e burgueses. Como descreveu Leon Trotsky:

Imediatamente após a Revolução de Fevereiro, os partidos saíram da ilegalidade, surgiram sindicatos, realizaram-se, incessantemente, os *meetings*, todos os bairros tiveram os seus sovietes – todos tinham necessidade de instalações. As organizações apoderam-se das mansões desabitadas dos ministros, do tzar, ou dos palácios de suas bailarinas, que estavam abandonados. As vítimas queixavam-se às autoridades ou então estas intervinham espontaneamente. Como, porém, os expropriadores eram, em realidade, donos do poder, e como o poder oficial não passava de um fantasma, os procuradores viam-se obrigados a se dirigirem ao Comitê-Executivo [dos Sovietes], requerendo o restabelecimento dos direitos [de propriedade] desrespeitados (TROTSKY, 1978, pp. 208-209).

Torna-se importante lembrar que as revoluções sempre exprimiram transformações profundas na relação de propriedade, não somente quanto a sua legislação, mas, em especial, pelas apropriações levadas a efeito das massas sublevadas. As transformações agrárias sempre foram posteriores às ações radicalizadas, muito mais do que resultado do debate legislativo. Além disso, não houve uma única revolução em que os populares não tivessem apoderado, com finalidade sociais, dos edifícios outrora pertencentes aos dominantes. O Governo Provisório russo, nas suas distintas fases à despeito do curto período, sempre buscou a conciliação e a contenção social. Os trabalhadores, por meio dos Sovietes alimentados na participação ativa, lutavam para que as coisas mudassem de fato em suas vidas,

avançavam os limites postos pelo governo oficial, pois questionavam a propriedade de instalações urbanas de modo prático e efetivo.

A processualidade da relação dual de poder evidenciou o caráter do Governo Provisório que contava com o apoio dos conciliadores socialistas-revolucionários e mencheviques. Desse modo, o governo oficial não foi capaz de tirar a Rússia do conflito imperialista, não realizou a reforma agrária, não reconheceu o controle operário da produção, demonstrou-se incapaz em garantir a autodeterminação dos povos, tampouco emitiu algum decreto requisitando locais para efetivação da reforma urbana, que enfrentasse a especulação imobiliária nas grandes cidades. Os conciliadores deixaram o poder aos fanáticos da propriedade, para, em seguida, pregar inutilmente às massas o respeito pela legalidade jurídica sem alteração da estrutura social.

O dirigente menchevique Fiódor Dan, apoiador do Governo Provisório, proferiu em discurso no Comitê Executivo dos Sovietes, poucos dias antes da Revolução de Outubro:

Conceder todo o poder aos Sovietes? Será a morte! Os bandidos e os ladrões só desejam isso para iniciar os incêndios e os saques. Quando se lançam palavras de ordem dessa espécie: “Invadam as casas! Apodrem-se das roupas e dos calçados da burguesia!” – (Tumultos, gritos: “Ninguém lançou tais palavras de ordem! Mentirosos! Cínico!”) – Bem, seja. É possível que as coisas não se deem assim, no começo. Mas, no fim, é inevitável! (*Apud* REED, s/d, p. 94).

Ao contrário dos conciliadores mencheviques e socialistas-revolucionários, os bolcheviques expressaram os anseios populares de transformações nas condições de vida. Desde o mês de abril de 1917, eles bateram pela consigna de “Todo poder aos Sovietes!”, mesmo em situação minoritária naquela instância. No mês de outubro, os radicais conquistam a

maioria no Congresso soviético de toda a Rússia e deram os passos decisivos para a revolução social. Os conciliadores desesperados acusaram os bolcheviques de “invasores de casas”, na medida em que os revolucionários apontavam confiar nas forças do movimento e nas ações das massas, visto que não esperavam, passivamente, as transformações a partir do governo comprometido com os capitalistas. Nessa direção, os partidários de Lênin encarnaram a vontade popular e dirigiram o processo de deflagração da Revolução Russa de Outubro de 1917.

### **A Revolução de Outubro e a moradia popular**

A situação revolucionária na Rússia de 1917 alimentou ainda mais o programa dos socialistas para a habitação popular. Naquele ano, o tema havia sido trazido por Lênin em vários textos. O líder dos bolcheviques constatou que o Estado czarista com a sua burocracia autocrática foi incapaz de encaminhar o problema da moradia; bem como o regime estatal do Governo Provisório saído da Revolução de Fevereiro, tido como o governo da burguesia, mas que se negava a expropriar os castelos e os bens da nobreza agrária. De acordo com Lênin, no livro *O estado e a revolução*, somente com a superação do Estado burguês por meio da efetivação do que chamava de “Estado proletário” se “ordenará a ocupação de habitações e expropriações de casas” (LÊNIN, 1988[a], p. 261). Desse modo, apenas com o Estado comprometido com a abolição da propriedade privada, com base nos organismos dos trabalhadores, que no caso russo foram os Sovietes, poder-se-ia, na visão dele, enfrentar a questão da moradia popular.

Acerca do funcionamento da nova forma de dominação social sustentada nos Sovietes e as consequências sobre o problema da habitação, o revolucionário russo escreveu:

O aluguel das habitações, propriedade de todo o povo, a diferentes famílias sem troca de uma renda, pressupõe também a cobrança dessa renda e um certo controle e estabelecimento de certas normas de repartição das habitações. Tudo isto exige uma certa forma de estado, mas não requer de modo nenhum um aparelho militar e burocrático especial, com funcionários se beneficiando de uma situação especial privilegiada (LÊNIN, 1988[a], p. 261).

Pode-se verificar que para Lênin, no calor dos acontecimentos de 1917, a abolição da propriedade privada das instalações urbanas não significaria a eliminação da renda da terra, mas sim a sua transferência à sociedade. Quanto ao instrumento para a construção do socialismo no tocante à moradia, o líder revolucionário russo propôs não a máquina estatal da nobreza autocrática, ou a da sociedade burguesa, mas o Estado em extinção. Em outras palavras, ele frisou os mecanismos do Estado-Comuna, ou seja, o organismo estatal sem a burocracia permanente separada do povo. Portanto, a forma de poder encaminha com os trabalhadores e o povo as soluções dos problemas sociais, por meio de seus mecanismos de força organizada, isto é, os Sovietes.

No contexto de agravamento da crise russa, Lênin esboçou a configuração do que seria o desenvolvimento da política de moradia na “ditadura do proletariado”: “O Estado precisa de desalojar coercitivamente uma determinada família de sua casa e de alojar outra. Isto é o que faz a todo o momento o Estado capitalista, e irá fazê-lo também o nosso, o Estado proletário e socialista.” (LÊNIN, 1988[b], p. 346)

Ao detalhar a sua explicação sobre o sentido da ditadura do proletariado frente a habitação, Lênin recuperou o *modus operandi* do Estado burguês:

O Estado capitalista desaloja uma família de operários que perdeu a pessoa que a mantinha e deixa de pagar a renda. Aparece o oficial de diligências, um polícia e um guarda, todo um pelotão deles. Num bairro operário, para executar um despejo é necessário um destacamento de cossacos. Por quê? Porque o oficial de diligência e o guarda se negam a ir sem a forte proteção militar. Sabem que o espetáculo do despejo provoca em toda população dos arredores, em milhares e milhares de pessoas quase levadas ao desespero, uma ira tão furiosa, um tal ódio aos capitalistas e ao Estado capitalista, que o oficial de diligências e o pelotão de guardas podem ser feitos em pedaços num instante. São necessárias grandes forças militares, para uma grande cidade é preciso trazer alguns regimentos, necessariamente de qualquer região afastada, para que os soldados sejam estranhos à vida dos pobres da cidade, para que os soldados não possam “ser contaminados” pelo socialismo (Idem).

O líder russo discorreu sobre a prática do despejo impetrada pelos proprietários de imóveis com o respaldo do judiciário e da força policial, para desalojar a população inquilina sem dinheiro, em nome do sagrado direito de propriedade. A necessidade humana é desconsiderada pelo Estado burguês e os seus agentes. Sendo assim, revela-se que o centro das preocupações da burocracia permanente estatal na questão da moradia é a defesa intransigente da propriedade privada.

Acerca da perspectiva de mudanças nas prioridades do plano habitacional no curso do processo revolucionário, Lênin exemplificou:

O Estado proletário precisa de alojar coercitivamente na casa de um rico uma família extremamente necessitada. O nosso destacamento da milícia operária é composto, suponhamos, por 15 pessoas: dois marinheiros, dois soldados, dois operários conscientes (basta que só um deles seja membro do nosso partido ou simpatizante), 1 intelectual e 8 trabalhadores pobres, obrigatoriamente pelo menos 5 mulheres, criados, trabalhadores não qualificados, etc. O destacamento apresenta-



se em casa do rico, analisa-a, encontra 5 quartos, dois homens e duas mulheres. – “Cidadãos, apertem-se durante esse inverno em dois quartos e preparem dois quartos para a instalação neles de duas famílias que vivem em caves. Temporariamente, enquanto com a ajuda dos engenheiros (o senhor é engenheiro, não é?) não tivermos construído boas casas para todos, terão forçosamente de se apertar um pouco” (LÊNIN, 1988[b], p. 347).

Na situação revolucionária russa que adveio da catástrofe da guerra imperialista, o líder bolchevique, em sintonia aos anseios dos trabalhadores e dos pobres desabrigados e sem-teto, registrou a necessidade de ocupação de espaços nas residências urbanas, divisão do espaço no interior da mesma moradia, com vistas a proteger a população do frio e da situação de penúria sob a qual se passava naquele momento. De acordo com a proposta de Lênin, a coabitação seria temporária e emergencial, prevista até o momento de construções de novas instalações para moradia.

### **O enfrentamento ao *deficit* habitacional pela via revolucionária**

A Revolução de Outubro de 1917 foi resultado de um movimento amplo do povo, com o protagonismo da classe operária fabril, com forte adesão dos soldados e de camponeses que se recusavam a combater na guerra imperialista. Os pobres do campo desenvolveram a revolução agrária ocupando terras de forma espontânea, e trabalhadores implantaram o controle operário da produção nas indústrias urbanas. O acontecimento revolucionário exprimiu um amplo movimento popular que agiu seguindo as suas experiências que se processavam nos acontecimentos e nas mobilizações desde fevereiro.

O processo de aprendizagem dos trabalhadores na crise social foi fundamental para os eventos da Revolução. Os bolcheviques exprimiram os desejos do povo. Eles compreenderam as aspirações elementares dos trabalhadores, dos soldados e dos camponeses. Segundo o historiador Alexander Rabinowitch (1976, p. 314), os bolcheviques levaram em conta a vontade popular na elaboração de seu programa, que encampou os anseios dos segmentos em lutas nos grandes centros urbanos e nas regiões rurais da Rússia.

A vitória da Revolução Russa deveu-se, sem dúvida, à existência de uma direção revolucionária à altura dos acontecimentos e da tarefa que se colocava. No entanto, o programa bolchevique não foi construído por fora do movimento real da classe operária. Ao contrário, a plataforma partidária de abril a outubro, defendida por Lênin, seguiu muito mais as experiências das lutas que se desenvolviam, sobretudo dos metalúrgicos de Petrogrado, do que as perspectivas dos quadros dirigentes do Comitê Central do Partido Bolchevique.

Os primeiros passos do poder soviético na esfera de melhorias das condições de moradia dos trabalhadores na cidade estiveram vinculados à abolição da propriedade privada sobre os imóveis urbanos, apartamentos espaçosos e terrenos nos limites da cidade.

No terceiro dia após a insurreição, o Conselho de Comissário do Povo dispôs-se sobre o tema da moradia: aprovou-se a moratória dos aluguéis às famílias, uma medida emergencial enquanto não fosse definido um regulamento mais duradouro sobre a questão habitacional. As administrações autônomas urbanas foram outorgadas o direito de ocupar as habitações vazias em caso de necessidade, como apartamentos para

aqueles cidadãos que estivessem necessitados de abrigo, ou que vivessem em lugares insalubres.

Na medida em que se instituiu o Poder aos Sovietes, estes órgãos de governo popular começaram a ocupar-se das questões relativas a administração urbana em geral, e, entre elas, a de redistribuição das moradias nas cidades. Os Sovietes de Moscou e Petrogrado foram os primeiros a implantar a realocação do fundo de moradia.

Segundo P. Martell, em um texto de 1928: “A legislação sobre as habitações na Rússia soviética”:

A desapropriação das propriedades urbanas foi realizada por meio de várias leis. A lei de 20 de outubro de 1917 determinava a entrega das residências às administrações municipais autônomas e autorizava o poder municipal a confiscar residências inabitadas, a fim de colocá-las à disposição da população pobre. Um outro decreto, de 14 de dezembro de 1917, proibia qualquer tipo de especulação imobiliária. Ao mesmo tempo, todas as transações legais de compra ou empenho de terras de propriedade municipal foram declaradas nulas; quem violasse essa proibição era ameaçado com penas severas (MARTELL, 2019, p. 164).

Nota-se que o poder soviético instaurado com a Revolução de Outubro publicou decretos com vistas ao problema habitacional. Para a garantia efetiva do direito à moradia prescreveram as expropriações, atacaram o mercado imobiliário e declararam as disposições em apenar os infratores da nova ordem. Pouco tempo depois, foi abolida a propriedade privada sobre os imóveis urbanos.

As comissões de moradias ficaram com o dever de registrar em seus distritos todas as casas que pudessem ser utilizadas como residências aos trabalhadores, além de determinar quem estaria sujeito ao desalojamento e quais pessoas deveriam receber prioritariamente os apartamentos em determinados edifícios. Para a realização dessas medidas, os revolucionários

partiam da divisão da população nas categorias de operários, funcionários com responsabilidades nos Sovietes, população trabalhadora restante e indivíduos que não trabalhavam. Em Moscou, esses registros serviram de base para determinar quem estava sujeito a ser desalojado, quem poderia continuar em sua residência ou se mudar a outra casa. Deliberou-se, ainda, a área habitável que ocuparia cada pessoa.

Como resultado do trabalho dessas comissões, de acordo com Báeva, “Em Moscou, no prazo de dois meses, novembro/dezembro de 1917, foram requisitados 216 edifícios particulares e se albergaram neles 20 mil trabalhadores com suas famílias. Durante 1918, o Soviete de Moscou requisitou 4 mil edifícios da burguesia” (1980, p. 108). Em Petrogrado, no final do mesmo ano, havia-se nacionalizado 2.900 edifícios, nos quais se alojaram “uma sexta parte da população total da cidade” (BÁEVA, 1980, p. 110). Algum tempo depois, deliberou-se a abolição do direito de herança e da sucessão privada sobre os imóveis.

Segundo Martell, o encaminhamento da questão habitacional na Rússia Soviética:

Na prática, o confisco dos imóveis foi total e completo, pois tanto as comunidades quanto os sovietes locais tinham o direito ilimitado de dispor sobre as residências. A desapropriação estava nas mãos da chamada comissão habitacional, que disponha arbitrariamente sobre todos os terrenos municipais. Havia uma clara preferência em escolher antigos porteiros como presidentes dessa comissão. A Comissão Habitacional Central, sediada em Moscou, tinha poder decisivo em todas as questões (MARTELL, 2019, p. 164).

Percebe-se que as ações sobre o problema da habitação na Rússia imediatamente após a Revolução seguiram com a expropriação das residências e do solo urbano; além disso, embasou-se nos conhecimentos,

experiências e vivências dos trabalhadores nas comissões para a efetivação da política de alojamento de populares nas instalações existentes.

O poder dos trabalhadores por meio dos Sovietes instaurou a renda imobiliária, uma taxa a ser paga ao Estado que centralizava o controle sobre a terra urbana. Esses recursos foram aportados ao Estado Soviético. Segundo o projeto inicial, esses expedientes se voltariam à construção de novas habitações. Entretanto, devido à situação de guerra civil, esse fundo não foi direcionado exclusivamente à política de moradia.

Ao final de outubro de 1918, o Soviete de Petrogrado deliberou a resolução acerca dos “apartamentos gratuitos para as famílias dos combatentes do Exército Vermelho e dos marinheiros” (BÁEVA, 1980, p. 109).

Com vistas a implantar a política de construção de casas, após a abolição da propriedade da terra urbana e o confisco das casas de aluguéis, Lênin (LÊNIN, 1973, p. 104) defendeu a formação das Comissões de Construções. Instituídas por grupo de trabalho formados por sindicatos de trabalhadores, do Soviete de Deputados Operários, Soldados e Camponeses e de empresas de construção, as Comissões de Construções também deveriam administrar o maquinário e o combustível para a viabilização das obras residenciais, conservação e reformas das instalações para serem habitadas. Além dos encaminhamentos acerca de construções e reformas, essas comissões se incumbiriam de garantir a calefação das casas, recurso necessário nas principais cidades russas durante o inverno rigoroso.

Com o novo regime, segundo Anatole Kopp, verificou-se a formação de

clubes operários (geralmente barracões de igreja transformadas), as primeiras casas de repouso para os trabalhadores são criadas a partir das antigas residências da nobreza, constrói-se alguns monumentos que comemoram os dias revolucionários nos marcos da propaganda em monumento adotada pelo governo. Entretanto, pela ausência de recursos e pelas condições políticas, não se conseguiu as condições para o nascimento de uma nova arquitetura (KOPP, 1974, pp. 58-59).

Nota-se que os bolcheviques transformaram as instalações urbanas dos nobres e da grande burguesia em espaços de lazer e de saúde ao conjunto da população, bem como produziram monumentos memorialísticos da Revolução.

Os primeiros decretos da política habitacional soviética favoreceram aos pobres urbanos, uma vez que se possibilitou a satisfação rapidamente das condições de moradia aos desabrigados e as famílias de escassos recursos, ao passo que eliminou o enriquecimento da burguesia à custa da renda da terra e dos altos preços dos aluguéis. Entretanto, a situação da Rússia foi se tornando cada vez mais precárias. A guerra civil entre *Vermelhos* e *Branco*s, o ataque das potências imperialista ao país dos Soviotes e o isolamento da Revolução – visto que na presunção bolchevista, a revolução mundial possibilitaria o acesso aos russos às forças produtivas mais avançadas – agravaram a situação de pobreza. Os vários conflitos e o isolamento revolucionário impactaram duramente o país da Revolução de Outubro, com rebatimentos na questão da moradia, impondo a situação dramática.

### **A penúria habitacional durante o “comunismo de guerra”**

Após a Revolução, os bolcheviques foram lançados em vários conflitos que não desejavam. A não materialização do processo revolucionário alemão logo após o *Outubro* russo permitiu a ofensiva germânica sobre o poder soviético, o que levou ao Tratado de Brest-Litovsk (1918), no qual a Rússia bolchevique, segundo Osvaldo Coggiola, perde “26% da população, 27% das terras férteis, 26% das estradas de ferro, 75% do carvão e do aço, 40% do proletariado industrial” (COGGIOLA, 1998, p. 221).

Ao verificar a debilidade da Rússia Soviética, as nações aliadas na I Guerra Mundial resolveram intervir na guerra civil ao lado do Exército Branco (formado por tsaristas reacionários e liberais conservadores), contra os Vermelhos (a força liderada pelos bolcheviques). Tropas inglesas, francesas e estadunidenses marcam presença ativa nos conflitos. Esses países buscavam retirar os bolcheviques do poder, constituir um governo que prosseguisse na guerra contra a Alemanha e, além disso, buscavam evitar a “contaminação socialista” na Europa. Conforme descreveu Coggiola:

Logo após a revolução, a Rússia encontrava-se então rodeada de protetorados alemães: a Ucrânia, com Skoropadski; a Finlândia, com Mannerheim; o Don, com Krasnov; os japoneses, enquanto isso, ocupam a fronteira com a Manchúria chinesa. Em maio de 1918 ataca a Legião Checa, financiada pelo governo francês. Em Osmk e Samara são criados governos anti-soviéticos, as tropas inglesas desembarcam no Norte. A retirada alemã dá um certo fôlego, mas em 1919 as tropas estrangeiras estão em toda a parte: a Legião Checa, além do Ural; o almirante Kolchak, no Leste; o general Denikin, no Sudeste, os japoneses, em Vladivostok; os franceses, em Baku e nos países bálticos, junto ao general Iudenich, e também em Odessa (COGGIOLA, 1998, p. 221).

Do outro lado, o Exército Vermelho, que contou com a liderança centralizada e, sobretudo, com o apoio das massas camponesas, que esperavam a posse das terras uma vez o conflito terminado; pois a vitória do Exército Branco, inevitavelmente, resultaria no retorno das propriedades agrárias aos antigos donos. Embora os bolcheviques tenham se mantido no poder, as condições do Tratado de Brest-Litovsk (1918) e do Tratado de Riga (1921) colocaram dificuldades terríveis ao poder soviético.

Como se percebe, os três primeiros anos posteriores à Revolução foram de uma cruenta guerra civil. A vida econômica soviética foi inteiramente subordinada às necessidades do conflito. Devido à carência de recursos materiais, a política social passou a segundo plano. Foi o chamado período do “comunismo de guerra” (1918-1921), ou seja, buscava-se sustentar a indústria de guerra e, concomitantemente, evitar a fome nas cidades com os escassos recursos. Segundo Trotsky, “o comunismo de guerra foi, no fundo, a regulamentação do consumo numa fortaleza sitiada” (TROTSKY, 2005, p. 55).

A despeito da penúria material, o alojamento da população sem-teto foi encaminhado nessa fase do socialismo russo pelos dirigentes bolcheviques. Segundo o historiador S. Smith:

Em 1918, uma “repartição revolucionária das habitações” foi proclamada sob o lema “paz aos barracos, guerra aos palácios”. Os trabalhadores foram retirados de suas “choupanas” e “becos” e colocados nos apartamentos dos ricos. Os chamados apartamentos grã-finos *barskie*, com seus quartos interconectados, tetos altos, fogões imensos, cozinhas e banheiros, no geral se mostraram impróprios para o que mais tarde veio a ser conhecido como *kommunalki*, ou apartamentos comunais nos quais cada família tinha um quarto para si,



mas compartilhava, com outras, cozinha, banheiro e corredor. Isso causava muitas desavenças entre os habitantes (SMITH, 2013, p. 156).

Desse modo, por falta de recursos para a habitação, notou-se o surgimento dos *komunalkis*, a expressão da forma de moradia na fase do “comunismo de guerra”, isto é, a mesma residência compartilhada por várias famílias.

Na fase da guerra civil, a política de moradia serviu à necessidade de se trazer a intelectualidade para o lado da Revolução. Em outras palavras, a política habitacional quadrou como um instrumento na construção da base de apoio aos revolucionários junto dos profissionais acadêmicos, técnicos qualificados, militares especialistas e literatos. Segundo Fediukin,

Em 1919, em Petrogrado formou-se, com a participação de Máximo Gorki, uma comissão especial encarregada de melhorar a situação material dos científicos; ocupava-se da distribuição de rações alimentares e das melhorias das condições de habitação dos científicos, técnicos, literatos e artistas (FEDIUKIN, 1976, p. 62).

Assim, os segmentos sociais acima citados passaram a ser incluídos prioritariamente na alocação residencial. Tal medida visava pavimentar o caminho dos intelectuais ao comunismo, reconhecendo a importância daquele setor quanto ao seu conhecimento, colaboração e trabalho na situação da guerra civil. Torna-se importante sublinhar que a participação destes setores junto aos bolcheviques foi indispensável para a vitória do Exército Vermelho sobre as tropas Brancas no conflito.

Após 1917, vários dirigentes soviéticos com maiores responsabilidades foram instalados no Hotel Astória, em Petrogrado, o local “era mais ou menos aquecido, bem iluminado durante a noite, visto que o trabalho nunca parava, formando assim uma enorme nave e luz acima

da praça escura” (SERGE, 1987, p. 99). Lênin e sua companheira Nadezhda Krupskaya viviam modestamente em dois cômodos no Instituto Smolni até a transferência da capital para Moscou. Trotsky e sua família residiam também no Smolni, em um apartamento de frente ao do fundador dos bolcheviques.

Victor Serge participou da comissão sanitária na cidade de Petrogrado durante a guerra civil, essa comissão surgiu de um grupo de trabalho que intervia nos assuntos de moradia e de saúde. Em suas memórias, Serge narrou a precariedade das condições:

Nos grandes apartamentos abandonados de Petrogrado, as pessoas se reuniam todas numa única peça [cômodo], vivendo uma sobre as outras, em torno e um pequeno fogão de ferro ou tijolo, colocado sobre o assoalho, cuja chaminé enegrecia de fumaça um canto da janela. Alimentavam o fogão com o assoalho dos outros aposentos, com as últimas mobílias, com livros. Bibliotecas inteiras desapareceram assim (SERGE, 1987, p. 140).

A pobreza nos recursos aprofundava a depredação das residências. Com a diminuição da ração concedida pelo Estado soviético, restou à população sem dinheiro a atividade de escambo no mercado clandestino, uma vez que,

Para conseguir um pouco de farinha, manteiga ou carne, era preciso dar ao camponês, que trazia-as ilicitamente, tecidos ou objetos. Felizmente, os apartamentos da antiga burguesia, nas cidades, continham não poucos tapetes, forrações de parede, baixelas e roupa de cama, mesa e banho. Com o couro dos divãs faziam-se calçados passáveis; com a forração de paredes, roupas (Idem).

Nesse passo, a miséria nos recursos levava a dilapidação das instalações urbanas para a sobrevivência. Acerca dos problemas sanitários, V. Serge contou que, no inverno de 1920-1921 visitou

no centro de Petrogrado diversos imóveis. Num antigo hotel da elegante Morskaia, não longe do Grande Estado-Maior e da porta triunfal que abra sobre a praça do Palácio de Inverno, encontrei peças [cômodos] inteiras [os] cheias [os] de imundícies congeladas. Os esgotos não funcionavam, e os soldados lá lotados haviam instalado latrinas sobre os assoalhos. Era o que acontecia em muitas casas; vinda a primavera, quando as imundícies começassem a passar desses andares para outros, em que se convertia a cidade? Organizou-se, em caráter de urgência, tarefas de limpeza (SERGE, 1987, p. 142).

Nota-se a situação de penúria habitacional que refletia a miséria urbana advinda da regressão das forças produtivas por conta da guerra civil e da estagnação do capital. A circunstância de crescimento da miséria impactou a classe trabalhadora, que foi drasticamente reduzida, haja vista que, em 1917, a classe operária russa contava com 3.000.000 de membros. Entretanto, em 1922, o contingente caiu para 1.240.000, visto que diversas unidades produtivas foram fechadas por falta de matérias-primas e combustíveis. A massa ativa na Revolução teve de dar conta da guerra civil e da subsistência. O entusiasmo de outubro de 1917 se converteu em desespero pela sobrevivência nos três anos posteriores. Tais ocorrências afetou a participação social, que foi drasticamente reduzida. Em consequência, notou-se o processo que levou ao substitutivismo dos trabalhadores por dirigentes partidários nas instâncias de poder. Nas palavras de Lênin, em 1921, a Rússia soviética havia se tornado um “Estado operário com deformações burocráticas” (LÊNIN, 1979, p. 194).

## **O recuo à economia de mercado e o impacto na questão da moradia**

No início de 1921, com a revolta da fortaleza de Kronstadt e a rebelião camponesa na região de Tambov – uma insurreição campesina

após incidentes que decorreram de requisição forçada de produção agrícola –, ficou evidente a impossibilidade da manutenção do “comunismo de guerra”. Adotou-se a NEP (Nova Política Econômica, conforme a sigla em russo), medida sustentada por Lênin, aprovada pelo partido em seu 10º Congresso, em março de 1921. Vale destacar que a proposta de abandono do “comunismo de guerra”, por meio de um recuo à economia de mercado, havia sido defendida por Leon Trotsky um ano antes, mas que não contou com a aprovação da maioria partidária naquele momento.

As razões que embasaram a formulação da NEP consideraram, no plano interno soviético, a deterioração do aparelho produtivo, a hostilidade dos camponeses quanto às requisições, o enfraquecimento social e a redução numérica do proletariado urbano, a miséria na cidade pela escassez de víveres e matérias-primas, e o descontentamento dos trabalhadores. No plano externo, o fato da não efetivação da onda revolucionária do pós-I Guerra Mundial.

O principal esteio da nova política dirigida pelos comunistas foi a supressão das requisições da produção agrícola no campo, substituídas por um imposto progressivo. No plano urbano, em relação ao problema habitacional, com a NEP foi decretado, em 20 de dezembro de 1921, a restituição de muitas casas aos antigos proprietários.

Nesse passo, restabeleceu-se o mercado, a liberdade de comércio, a liberdade de atividade de setor de serviços de pequeno porte, visto que retornaram aos patrões, antes expropriados, empresas que empregavam menos de 20 funcionários, além de permitir concessões aos capitalistas estrangeiros interessados em investir na Rússia.

No plano social, o final da guerra civil não significou paz ao conjunto dos trabalhadores, uma vez que a vida das mulheres pobres da Rússia se tornou ainda mais difícil. O fim do conflito resultou na volta de 4 milhões de homens que haviam sido mobilizados para o Exército Vermelho, que retornaram aos seus postos de trabalho nas fábricas, substituindo milhares de mulheres. As pequenas empresas sob controle privado, que proliferaram durante a NEP não recontrataram todos os trabalhadores que haviam perdido os seus empregos. Proletários e proletárias disputavam vagas de trabalho numa situação econômica bastante restrita, e nessa concorrência agressiva as mulheres invariavelmente perdiam. Tal situação fez com que as mulheres, segundo Wendy Goldman, “fossem as primeiras a serem demitidas, e as últimas a serem contratadas” (GOLDMAN, 2014, p. 150). Além disso, o retorno da prática dos aluguéis e o desemprego majoritariamente feminino fizeram com que inúmeras mulheres se vissem na condição de precariedade agravada, isto é, encontravam-se na situação de pobreza, desempregada e sem-teto. Como narrou W. Goldman:

Muitas mulheres não tinham casa e se prostituíam para comprar comida. P., idade 26 anos, perdeu sua casa quando se separou do marido. Dormindo em vagões de trens e andando por aí com *bessprizorniki* [crianças em situação de rua], ela se prostituiu para sobreviver. S., uma sem-teto de dezessete anos, vagava mendigando e roubando por noite. Primeiro, homens se aproveitaram dela com promessas de levá-la para casa e alimentá-la. Então “aprendeu como fazer” e se tornou uma prostituta. Ela fazia sexo com cinco ou seis homens por noite. Outra jovem sem-teto descreveu sua vida em um vagão de trem, dormindo com dois ou três homens por noite por quantias de cinquenta copeques a dois rublos. Muitos homens eram sem-teto também. Às vezes ela ganhava uma surra em vez de dinheiro” (GOLDMAN, 2014, p. 162).

Como se percebe, a linha divisória entre as desempregadas e as sem-teto era tênue. As medidas da NEP resultaram no aumento da prostituição urbana protagonizada por mulheres sem trabalho fixo e moradia.

A despeito de ter piorado a situação do proletariado feminino, com a Nova Política Econômica ocorreu a retomada da produção industrial, com um crescimento de 5% em 1922, em relação ao ano anterior. Entretanto, o total representava 25% da produção antes da guerra de 1914. O comércio renasceu e os empréstimos a juros foram reautorizados. Por conseguinte, emergiram os “novos burgueses” urbanos, os *nepmans*, que se beneficiaram da retomada dos negócios privados e do mercado.

No campo, o *kulak*, o camponês abastado, ampliou a sua influência e os seus meios materiais. Tratava-se, muitas vezes, do camponês mais astuto, aquele que conseguira preservar o seu gado ou acumular reservas a partir de um patrimônio inicial no período tão adverso como o da guerra civil. Favorecido pela penúria social, lucrou com a fome alheia especulando os preços dos alimentos e recrutando famélicos, que transformara em caseiros na sua propriedade, concedendo a autorização de residir no seu domínio, ou empregara-os como trabalhadores diaristas na produção rural, pagando baixos salários. A concessão da moradia rural pelo *kulak* aos pobres do campo foi um dos elementos que potencializou a exploração predatória de trabalhadores rurais.

Os camponeses abastados foram os que mais se beneficiaram das medidas econômicas de 1921 até 1928, visto que forneciam 60% das colheitas vendidas no mercado. Eles detinham 50% das terras cultiváveis e 60% dos equipamentos (BROUÉ, 1996, p. 1996). Contudo, o mercado favoreceu a concentração. Nas suas terras trabalhavam cerca de um milhão

e seiscentos mil diaristas, cujos salários eram inferiores aos pagos antes da guerra. O *kulak* alugava os seus equipamentos aos camponeses pobres desprovidos de estrutura técnica. Era ele o credor, a juros altíssimos, que os camponeses mais pobres recorriam para sobreviver de uma colheita a outra. Assim, a distância social entre o *kulak* e os camponeses pobres não cessou de aumentar.

No tocante à habitação urbana ocorreram mudanças, com a NEP, a maior parte das propriedades foram devolvidas aos antigos donos. Em 1922, os aluguéis foram reintroduzidos. Para S. Smith,

Desde o começo dos anos 20, o recomeço da migração para as cidades impôs intensa pressão sobre o número de habitações disponíveis. Em 1926, a alocação oficial de espaço habitacional por adultos era de apenas 4,9 metros quadrados para os operários, 6,9 para os funcionários e 6,1 para outros. Qualquer um que dispusesse de mais do que isso costumava receber um pedido de “auto-compreensão” (*samouplonit'sia*), isto é, abrir espaço para outras pessoas (SMITH, 2013, pp. 156-157).

Por pressão dos novos capitalistas das cidades foi aprovado o decreto de 4 de junho de 1926, que estabelecia o princípio de que os aluguéis deveriam cobrir os custos de manutenção e da depreciação normal, de modo que deveria fixar uma nova escala de preços aos arrendamentos. Na prática, tais considerações desvinculava o aumento dos aluguéis em relação ao reajuste dos salários, em desvantagem aos assalariados.

No controle do Estado Soviético e do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) encontravam-se os agrupamentos políticos de J. Stálin e N. Bukhárin. O primeiro se consolidava como secretário-geral, enquanto o segundo formulava a evolução da NEP por meio da consigna: “camponeses, enriquecei-vos!”. A aliança Stálin-Bukhárin favoreceu enormemente ao *kulak* e ao *nepman*.

Ao final de 1926, nas cidades 46% de todos os trabalhadores habitavam residências de propriedades privadas. As casas construídas pela iniciativa privada de 1925 a 1927 superaram as edificadas com fundos públicos, e somente em 1928 a situação começou a inverter. Contudo, de acordo com as observações de E. Carr e R. Davies,

grande parte das construções privadas, empreendidas por particulares e suas famílias, eram de baixa qualidade e valor em comparação com as de caráter público, visto que tais construções não levavam em conta as normas sanitárias ou técnicas, e os empreendedores privados construíam suas casas com materiais mais baratos que encontravam, que eram frequentemente inapropriados. O resultado eram casas de má qualidade, mas muito baratas, disseminadas pelos arredores das cidades, geralmente sem estar embasado a algum plano. Quase todas as construções privadas eram feitas de madeira; e, entre 1923 e 1926, somente 3,3% delas foram construídas de ladrilho (CARR; DAVIES, 1980, p. 655).

Vale destacar que as construções habitacionais privadas geralmente contavam com apenas um quarto e uma cozinha, que servia também como sala de estar; o seu custo médio por metro quadrado útil era 40 a 50 rublos, enquanto a residência de construção pública chegava por volta de 130-160 rublos.

O tema da moradia foi objeto de crítica da Oposição Unificada de 1927, no interior do PCUS, e ao bloco dirigente. A composição oposicionista trata-se da união dos grupos políticos de Trotsky, com os dos dirigentes Zinoviev e Kamenev contra as facções dirigentes de Stálin e de Bukhárin. A plataforma oposicionista considerou que

Os operários das grandes cidades industriais formam a parte menos favorecida da população na distribuição da moradia em metros quadrados. Segundo dados de uma série de cidades investigadas:  
Ao operário industrial, 5,6 metros quadrados; ao trabalhador de oficina: 6,9; ao artesão: 7,6; ao profissional: 10,9, e ao elemento não operário:



7,1. Os operários ocupam o último lugar. Além disso, as dimensões da moradia operária vão diminuindo ano a ano, enquanto que as dos elementos não proletários vão aumentando. A situação geral com respeito a construção das casas ameaça o desenvolvimento da indústria (TROTSKY, 1927).

Como se vê, no sistema que se divulgava como sendo a “ditadura do proletariado”, os operários viviam em espaços habitacionais menores que os dos outros segmentos sociais urbanos. Com o intuito de corrigir a distorção, o documento da oposição propunha:

Devem ser adotadas medidas enérgicas para o melhor desenvolvimento das cooperativas de construção, as quais devem tornar acessíveis aos operários com remuneração baixa. Não se deve permitir que os níveis superiores dos empregados da fábrica tenham prioridade para ocupar os alojamentos destinados aos trabalhadores industriais (TROTSKY, 1927).

A maioria do PCUS recusou o diagnóstico da Oposição Unificada ao privilegiar a solução colocada pelo capitalismo controlado. Contudo, o resultado da política de Stálin-Bukhárin para habitação foi catastrófico. Conforme um congresso sindical celebrado em dezembro de 1928, segundo Carr e DaviEs:

Um delegado descreveu as escandalosas condições nas quais viviam os trabalhadores têxteis submetidos ao sistema de três turnos: três famílias, cada uma delas trabalhava em distinto turno, ocupavam a mesma habitação, de forma que havia constantes entradas e saídas durante a vinte e quatro horas do dia. Outros delegados falaram das desastrosas condições dos alojamentos dos ferroviários, que viviam em sótãos, em vagões abandonados ou em cavernas, e dos carregadores das docas de Odesa, que viviam em edificações úmidas e sem telhados; uma fábrica de seda de Uzbequistão não havia podido contratar trabalhadores devido à falta de locais para alojá-los. Houve, também, muitas queixas em relação à distância entre as casas e o local de trabalho (CARR; DAVIES, 1980, p. 660).

Na conferência, o que pôde fazer o representante do Estado Soviético, em resposta aos trabalhadores, foi repetir a cifra investida na construção de casas no passado e as previsões melhores para o futuro, mas nada concreto sobre o presente.

Percebe-se que a priorização da política de moradia em consonância à habitação privada dificultou o crescimento industrial, conforme a *Oposição* havia prenunciado. Entretanto, os líderes oposicionistas como Trotsky, Zinoviev e Kamenev foram perseguidos pela burocracia do partido, representada por Stálin.

O Estado Soviético em 1922-1928 remeteu a questão da moradia à edificação privada, pois realizou-se pouco no que tange à construção estatal. Nos anos 1920 são contabilizadas algumas poucas construções públicas de referência para a arquitetura e o urbanismo soviético, como a cidade jardim Sokol (1923-1925) e o conjunto habitacional Lnotorg (1926), ambos projetos e construídos em Moscou. Embora não tragam inovações fundamentais, essas edificações se caracterizaram por levar em conta as preocupações com as questões sanitárias e comodidades. O grupo dirigente reconhecia a precariedade da questão habitacional no país. Ao mesmo tempo em que o discurso oficial do Estado Soviético externava que oferecer moradia digna aos trabalhadores era uma obrigação social, nos encaminhamentos práticos a questão da habitação não foi tratada como prioridade.

## **Os planos quinquenais e a habitação**

A partir de 1928 ocorreu uma grande mudança na orientação econômica na Rússia Soviética. A facção stalinista dirigente no PCUS passa a sustentar a superação da NEP, e comandou uma grande guinada no sentido da industrialização do país. No espaço rural foram efetivadas as coletivizações forçadas e a liquidação dos camponeses que enriqueciam. Os recursos expropriados forçadamente dos camponeses foram deslocados à industrialização. O planejamento da política de crescimento industrial foi embasado por Planos Quinquenais, isto é, programação prevista com objetivos a serem atingidos em 5 anos. A política industrialista fortaleceu o controle de J. Stálin sob o PCUS e o Estado, retirando os camponeses ricos, os *nepmans* e o dirigente N. Bukhárin do bloco de poder.

Com os planos quinquenais o avanço da indústria pesada foi frenético. A produção de aço foi multiplicada por 4,5; ergueu-se complexos siderúrgicos nos Montes Urais e na Sibéria, a grande barragem do *Dnieprostroï* foi construída, destinada à eletrificação do país. Entretanto, a produção de bens de consumo não foi ampliada. Os progressos foram consideráveis em matéria da produção de bens de produção, mas a União Soviética continuava sendo uma “economia de penúria” no que diz respeito aos bens de consumo do cotidiano.

O crescimento industrial repercutiu na ampliação das cidades. Segundo Pierre Broué,

Com a coletivização, e após, com o atrativo que os empregados nas indústrias exerciam sobre eles, mais de doze milhões de camponeses abandonaram o campo durante o primeiro plano quinquenal. A população das antigas cidades dobrou (Moscou, Leningrado, Karkhov) ou triplicou (Gorki). Começaram a aparecer cidades-cogumelos, como Prokopievsk, cuja população triplicou em seis anos. Magnitogork, em cinco anos, passou do nada a 140 mil habitantes. O equilíbrio social foi

modificado. Em 1926, a população rural representava 82%; em 1939, ela era de apenas 67%. A corrente migratória acelerou-se a partir de 1930 (BROUÉ, 1996, pp. 103-104).

Com o plano de industrialização em marcha, emergiu a necessidade de viabilizar alojamento a uma população urbana e fabril em processo de rápida expansão, o que exigiu a construção de blocos de apartamentos em grande escala pelo Estado. Nos planos habitacionais de 1929, tendo por base a aplicação de métodos de racionalização, previam-se que os custos de construção deveriam ser reduzidos em 15% em relação à forma anterior.

A precariedade urbana evidenciava que o país estava mal preparado para lidar com essa imigração massiva. Segundo Moshe Lewin:

Barracas ou o canto do quarto de alguém servia de abrigo. O melhor cenário era aquele em que uma família dispunha de seu próprio teto em um superpopuloso apartamento comunitário. Essas dificuldades não se restringiam aos recém-chegados. Os dados relativos à habitação subestimavam a gravidade da crise: as barracas dos trabalhadores (frequentemente apenas um teto, sem qualquer conforto) e o crescente número de apartamentos comunais (um quarto por família e uma cozinha para quatro ou mais famílias) tornaram-se parte do cenário urbano soviético naquela altura e por muitos anos (LEWIN, 2007, pp. 86-87).

Assim, as cidades recém erguidas para os complexos siderúrgicos não ofereciam condições favoráveis de moradia aos trabalhadores. Haja vista que:

Em 1928, uma habitação era considerada “normal” em termos de higiene e conforto se estivesse seis metros quadrados por pessoa. Mas isso, ainda que modesto, era apenas um sonho – proposto como um objetivo no primeiro plano quinquenal, nunca foi alcançado. Nesse ínterim, os trabalhadores tinham que encontrar alguma acomodação miserável ou um canto para ficar nas vilas vizinhas, longe de seu local de trabalho. Em muitas empresas industriais, a situação era realmente precária; os apartamentos estavam em mau estado e não dispunham de padrão de higiene. Em 6 de janeiro de 1936, os moradores de novos

assentamentos urbanos na Rússia europeia tinham em média 4,4 metros quadrados por pessoa, enquanto na Sibéria havia apenas 3,2 metros disponíveis. As informações sobre serviços e confortos nas cidades eram deprimentes. Na Rússia europeia e na Sibéria, havia muito poucas instalações com esgotos, água corrente e aquecimento central. Eletricidade era uma exceção: estava disponível em 92,3% das casas na Rússia (70% da Sibéria ocidental). Por outro lado, apenas 22,8% das casas na Rússia e 5% na Sibéria tinham esgoto e apenas 43% e 19%, respectivamente, água. (LEWIN, 2007, p. 87).

Acerca da situação dos operários na primeira metade dos anos 30 do século XX, no fechamento do Primeiro Plano Quinquenal, Trotsky narrou:

As condições de alojamento, um dos índices mais característicos da situação material e cultural de um povo, são as piores e, por vezes, intoleráveis. A grande maioria dos operários amontoa-se em alojamentos bastantes piores, bastante menos habitáveis do que as casernas. A administração, por meio de seus jornalistas, faz descrições deste gênero sobre as condições de alojamento dos operários quando se trata de justificar derrotas na produção, faltas ao trabalho, fraudes: “Os operários dormem no chão, pois as camas encontram-se infestadas de percevejos, as cadeiras estão estragadas, não tem copos para beber etc. Duas famílias vivem em um quarto. O telhado está furado. Quando chove, recolhem-se baldes cheios de água. O estado dos banheiros é repugnante”. Pormenores desse gênero, que são válidos para todo o país, poderiam ser citados ao infinito. (TROTSKY, 2005, p. 135-136)

Verifica-se que mesmo com a aceleração do processo de industrialização, a produção de moradia não foi encaminhada de forma prioritária e adequada. Portanto, a problemática da habitação precária aos trabalhadores prosseguiu mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas.

Sidney e Beatrice Webb em suas pesquisas de campo para a escrita de *A civilização da URSS* colheram uma série de depoimentos de trabalhadores soviéticos, nos quais ouviram

reclamações intermináveis a respeito de telhados com goteiras, janelas que não abrem nem fecham, portas empanadas, assoalhos atacados pelo apodrecimento, e canalizações imperfeitas; edifícios deixados a longo tempo sem nenhum abastecimento de água ou aparelho sanitário, e falta de dispositivos adequados para iluminação e aquecimento (WEBB; WEBB, 1945, pp. 1287-1288).

O principal argumento da burocracia soviética sobre o atraso nas construções de residências e justificar a falta frequente de acabamento adequado de centenas de milhares de habitações novas, na fase dos Planos Quinquenais, foi que a priorização da indústria pesada era justificada como o “ritmo bolchevique de industrialização”, com vistas a fazer frente ao temido ataque das potências capitalistas.

Para Beatrice e Sidney Webb, ficava evidente a superioridade dessas residências mesmo precárias em relação aos galpões superlotados por elas substituídos. No entanto, ao mesmo tempo que parece respaldar o argumento da burocracia stalinista, o casal “amigo da URSS” não escreveu nenhuma palavra acerca da diferenciação social no tocante à moradia. A necessidade intensificação da indústria não era argumentada quando se erguia as casas dos quadros dirigentes.

O livro do casal Webb, no tocante à questão habitacional, trouxe avanços no sentido de possibilitar o acesso a relatos dos moradores da Rússia. Entretanto, deve-se destacar o limite da obra quanto ao assunto das construções urbanas, visto que não registrou a diferenciação social nas instalações urbanas, pois as residências dos dirigentes estatais não eram as mesmas dos trabalhadores.

De acordo com Trotsky:

Qualquer regime se exprime na sua arquitetura e nos seus monumentos. A época soviética atual é caracterizada por palácios e casas dos Sovietes

construídas em grande número, verdadeiro templo da burocracia (custando por vezes dezenas de milhões), por teatros dispendiosamente construídos, por casas do exército vermelho, clubes militares principalmente reservados aos oficiais, por um metrô luxuoso para uso dos que podem pagá-lo. Enquanto, por outro lado, a construção de habitações operárias, mesmo do tipo casernas, encontra-se invariavelmente e terrivelmente atrasada (TROTSKY, 2005, p. 128).

A técnica soviética, dirigida pela burocracia parasitária e expropriadora política e material do proletariado, esforçara-se, antes de tudo, para satisfazer as necessidades crescentes dos quadros diretivos no Estado, no Partido e nas fábricas, em detrimento da maioria da população.

Torna-se importante destacar que, em 1936, na URSS, apenas 6% dos habitantes das cidades dispunham de mais de um cômodo para viver. Outros 40% dispunham de apenas um cômodo, 24% de parte de um cômodo, 5% viviam em cozinhas corredores e 25% alojavam-se em dormitórios, barracas e tendas (LEWIN, 2007).

Esses dados fornecem um bom panorama dos padrões de vida naqueles tempos. Ademais, proporciona-se uma vaga ideia das dificuldades de coabitação em lugares superlotados, nos quais a privacidade era impossível e a vida pessoal e familiar ficava extremamente restrita.

A situação se agravou com o conflito mundial e com o aumento da migração às cidades. Durante a II Guerra Mundial, a URSS foi duramente afetada, o enfrentamento à agressão alemã exigiu muito do povo soviético. O Exército Vermelho infringiu 75% das baixas às tropas do Terceiro Reich no conflito. O heroísmo do povo soviético livrou a humanidade da ameaça militar nazista. Entretanto, as consequências da guerra no tocante à habitação foram dramáticas, “a indústria de bens de consumo ficou mais atrasada, em relação à indústria pesada, do que no pré-guerra; somou-se a

isso a crise do alojamento (50% das habitações foram destruídas durante a guerra, havia 22 milhões de sem-teto em 1945)” (COGGIOLA, 2003, p. 760). Além disso, agravou-se a migração camponesa para a cidade, surgindo a situação na qual em “1945, no leste da URSS, 18 milhões de russos viviam em construções provisórias de madeira” (BROUÉ, 1996, p. 133).

### **A irresolução do direito à moradia**

Na crise revolucionária russa se expressou na situação de dualidade de poderes entre fevereiro e outubro de 1917; os bolcheviques elaboraram o seu programa em sintonia às reivindicações e ações dos trabalhadores, soldados e camponeses, além das disposições dos sem-teto das grandes cidades.

Os primeiros atos dos soviéticos após a Revolução de Outubro consideraram a questão da moradia, visto que implementaram a expropriação das instalações urbanas, a nacionalização da terra e a formação das casas comunais enquanto medida emergencial.

O isolamento da Rússia revolucionária no plano mundial teve consequências no encaminhamento das construções de casas à população. O atraso industrial russo, a guerra civil deflagrada pelo Exército Branco com o apoio das potências imperialistas e, ao mesmo tempo, a não concretização das revoluções pelo mundo, sobretudo na Europa, no final da I Grande Guerra, impactaram negativamente as forças produtivas na Rússia dos Sovietes, lançando o país numa condição de penúria social. Tal situação impôs a moradia precária ao povo, uma vez que não havia os meios materiais para priorizar as políticas sociais, inclusive a habitacional.



Com a NEP, autorizou-se a construção de residências, por meio do capital privado, para alugueis. Entretanto, o quadro da moradia insalubre continuou, haja vista que o mercado regulado desfavoreceu o operário, haja vista que os preços dos alugueis foram reajustados na proporção maior que a dos salários pagos.

Na fase dos Planos Quinquenais, o Estado Soviético priorizou a indústria de bens de produção, deixando de lado os bens de consumo e as políticas sociais, como a de moradia, para a maior parte da população. Embora tenha-se ampliado as forças produtivas na União Soviética, a imensa maioria do povo continuou em casas coletivas precárias e sem infraestrutura adequada do período posterior a 1917 até o final da II Grande Guerra.

### **Referências bibliográficas**

BÁEVA, L. **La política social de la Revolución de Octubre**. Trad. Miguel Sosa. Moscú: Editorial Progreso, 1980.

BROUÉ, P. **União Soviética: da revolução ao colapso**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1996.

CARR, E. H.; DAVIES, R. W. **História de la Rusia Soviética**. Bases de una economía planificada (1926-1929). Vol. I, 2ª parte. Trad. Andrés Linares. Madri: Alianza Editorial, 1980.

COGGIOLA, O. A revolução de Outubro (1917-1921). In: COGGIOLA, O. (Org.). **História e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998, pp: 205-264.

\_\_\_\_\_. Economia política do “fim do Bloco Socialista”. In: COGGIOLA, O. (Org.). **História e economia: questões**. Tomo II. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003, pp. 741-788.

FEDIUKIN, S. **La gran revolución de octubre y los intelectuales**. Editorial Progreso: Moscú, 1976.

GOLDMAN, W. **Mulher, estado e revolução**. Política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. Trad. Natália A. Alfonso. São Paulo: Boitempo/Iskra Edições, 2014.

HOBBSAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. Trad. José Viegas. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

KOPP, A. **Arquitetura y urbanismo soviético de los años veinte**. Editorial Lumen: Barcelona, 1974.

LÊNIN, V. I. Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trotsky. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis, 1979, pp. 190-199.

\_\_\_\_\_. Tesis de la ley de confiscaciones de las casas de alquiler. **Control obrero y nacionalización**. Buenos Aires: Terra Nueva, 1973.

\_\_\_\_\_. O estado e a revolução. **Obra escolhidas**. Trad. Instituto Marxismo-leninismo do PCUS. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1988[a], pp. 219-305.

\_\_\_\_\_. Conservarão os bolcheviques o poder de Estado? **Obra escolhidas**. Trad. Instituto Marxismo-leninismo do PCUS. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1988[b], pp. 327-365.

LEWIN, M. **O século soviético: da revolução de 1917 ao colapso da URSS**. Trad. Silvia de Souza Costa. Rio de Janeiro, 2007.

MARTELL, P. A legislação sobre as habitações na Rússia Soviética. In: LISSITZKY, EL. **Rússia: a reconstrução da arquitetura na União Soviética**. Trad. Renata Dias Mundt; Paulo Mendes da Rocha. São Paulo: Estação Liberdade, 2019, pp. 162-170.

RABINOWITCHI, A. **The Bolsheviks come to power**. The revolution of 1917 in Petrograd. New York: W. W. Norton, 1976.

REED, J. **Os dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

SERGE, V. **Memórias de um revolucionário**. 1901-1941. Edição estabelecida por Jean Rièrre. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SMITH, S. A. **Revolução Russa**. Trad. Marcio Hack. Porto Alegre: L&PM, 2013.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. Vol. I – A queda do tsarismo. Trad. E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **A revolução traída**. Trad. Henrique Canary, Rodrigo Ricupero e Paula Maffei. São Paulo: Sundermann, 2005.

\_\_\_\_\_. **La plataforma de la oposición unificada**. Novembro de 1927. In.

<https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/economicos/laplataforma.htm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

WEBB, B.; WEBB, S. **URSS: uma nova civilização**. Trad. de Luis C. Afilhado e Edison G. Dias. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945.